



## **A DISCIPLINA DE LIBRAS NA FORMAÇÃO INICIAL DE PEDAGOGOS: EXPERIÊNCIA DOS GRADUANDOS.**

Josiane Junia Facundo de Almeida - UEL

Célia Regina Vitaliano - UEL

### **Resumo:**

Este artigo põe em pauta um assunto de extrema relevância no contexto educacional atual, principalmente após uma década de reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais, pela Lei 10.436 de 22 de abril de 2002, regulamentada pelo Decreto 5626 de 22 de dezembro de 2005. Este decreto, ao regulamentar a referida lei, determinou a obrigatoriedade da disciplina de Libras nos cursos de formação de professores e no curso de Fonoaudiologia. O presente trabalho constitui-se em um recorte de uma pesquisa mais ampla que objetivou analisar o processo de implantação da disciplina de Libras no curso de Pedagogia de uma Instituição de Ensino Superior pública. O objetivo, neste, é discutir os efeitos da disciplina, ministrada por uma professora surda, na formação inicial de Pedagogos, partindo do ponto de vista dos graduandos. Os dados foram obtidos através de um questionário composto por 15 perguntas, subdivididas em dois temas, que compreenderam questões referentes à Disciplina de Libras e à Educação/Inclusão de alunos surdos. Os principais resultados da análise dos dados compreendem as considerações dos graduandos de pedagogia acerca da obrigatoriedade da disciplina em seu curso, da importância do professor surdo como docente de Libras, dos conteúdos da disciplina e dos saberes necessários à futura atuação com alunos surdos.

**Palavras-chave:** Libras. Pedagogia. Formação de Professores.

### **1 Introdução**

O Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, constitui-se no documento mais significativo até o momento, no que se refere às pessoas surdas no Brasil, visto que por meio dele a Língua Brasileira de Sinais, já reconhecida pela Lei nº 10.435/02 foi regulamentada. No entanto, entre as muitas contribuições do decreto, principalmente em relação à educação de surdos, destaca-se a inclusão da Libras como disciplina curricular nos cursos de formação de professores.

No artigo 3º desse decreto está estabelecido para o Ensino Superior, a inserção da disciplina, obrigatoriamente, nos curso de Pedagogia, Educação Especial, nas diversas licenciaturas e no curso de Fonoaudiologia.

Ao direcionar a disciplina aos cursos de formação de professores (exceto o de fonoaudiologia), subentende-se que o objetivo seja preparar professores para receber alunos

surdos nas classes comuns, em consonância com a legislação referente à inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE).

A partir dessas considerações, buscamos verificar o efeito da disciplina de Libras na formação de estudantes de Pedagogia de uma Instituição de Ensino Superior do interior do Estado do Paraná, sob o ponto de vista desses graduandos, destacando suas experiências provenientes do contato com a professora surda e com a referida disciplina.

## **2 Fundamentação teórica**

A formação de professores, na perspectiva da inclusão escolar de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), não pode mais ignorar as diferentes condições de aprendizagem dos alunos que integram o sistema de ensino, de modo a proporcionar-lhes uma educação de qualidade.

Sabemos que a realidade, em relação à qualidade que tanto se prega, está bem aquém das políticas propostas para a educação de alunos com NEE.

Em relação às pessoas surdas, embora a legislação preveja mecanismos de acessibilidade para elas, o que se tem alcançado é o mínimo em relação ao necessário.

De acordo com Tavares e Carvalho (2010, p. 3-4),

Percebe-se que em nosso país, entre os documentos que compõem o conjunto de leis denominado Políticas Públicas e sua implementação, há um grande fosso. Com as políticas públicas educacionais na área de educação de surdos, não é diferente. Há lei para acessibilidade que garante intérprete de Língua de Sinais/Língua Portuguesa durante as aulas, flexibilidade na correção das provas escritas, materiais de informação aos professores sobre as especificidades do aluno surdo etc. Mas, na prática, o que se percebe, é o aluno surdo mais excluído do que incluído nas salas de aula regulares, enfrentando dificuldades, que, muitas vezes os seus familiares é que tentam minimizar, buscando soluções nem sempre eficientes para ajudá-los. Por outro lado, professores, em sua maioria, sem conhecimento mínimo da Libras e, algumas vezes, subsumido por uma carga horária de trabalho exaustiva, não têm tempo para buscar uma formação continuada na área.

As barreiras comunicativas, bem como o desconhecimento das necessidades educativas especiais na escola, acabam gerando dificuldades e equívocos relacionados ao atendimento educacional de alunos surdos.

Devido à tradição oralista e ao que se pregou por muito tempo durante esse período, muitos professores, ao receberem um aluno surdo em sala de aula, colocam-no à frente dos demais, na primeira carteira e procuram falar de frente para o aluno supondo que ele fará leitura labial e conseguirá acompanhar as aulas como os demais alunos e que irá se comunicar

como os demais (MACHADO, 2008).

Um dos motivos desses comportamentos diante do aluno surdo deve-se à formação do professor, pois como salienta Gesser:

A maioria dos cursos universitários que preparam os profissionais para atuar com a surdez têm insistentemente localizado tais indivíduos na narrativa da deficiência, promovendo concepções geralmente simplificadas, construídas a partir de traços negativos como, por exemplo, a falta de língua(gem). (GESSER, 2009, p.292)

Pressupomos que o novo enfoque a ser dado com a introdução da língua de sinais nas licenciaturas, por meio da determinação do Decreto 5626/05, tende a dissociar, gradativamente, a surdez da perspectiva da deficiência, o que refletirá de modo significativo, no processo de inclusão dos surdos no ensino regular, pois como assinala Machado (2008, p.78), “pouco adianta a presença de surdos se a escola ignora sua construção histórica, cultural e social.” O mais interessante é que os graduandos não conhecerão mais o surdo somente pelo discurso do outro (ouvinte), pois a expectativa é que, cada vez mais, os próprios surdos sejam docentes da disciplina, visto que os mesmos têm prioridade nos cursos de formação para a função, como previsto no capítulo III do Decreto nº 5626/05.

Alguns fatores, todavia, devem ser considerados em relação à disciplina de Libras, como o conteúdo, por exemplo, que, como se pode observar nas diversas ementas disponíveis na internet, prioriza discussões voltadas para a deficiência auditiva em detrimento do conhecimento cultural, linguístico e pedagógico para a atuação com alunos surdos.

É certo que todas as disciplinas passam por processos de atualização e reformulação constantes. O fato de termos a disciplina como obrigatória na formação de professores já pode ser considerado um grande avanço. Strobel (2008, p. 102) considera que:

São raros os professores habilitados para trabalhar com os alunos surdos em sala de aula. Na maioria dos cursos de Pedagogia nas universidades não tinham estas especializações para esta área – somente agora salvo pelo decreto n. 5626, de 22 de dezembro de 2005 que dá obrigatoriedade das aberturas de cursos de Libras nestes cursos, as coisas podem melhorar.

Entre tantas funções que são atribuídas ao professor, parece-nos injusto que se exija o domínio da Libras para atuar de forma inclusiva, considerando que esta é uma habilidade que nem todos conseguem desenvolver em tempo viável e com certo êxito.

O fato de a disciplina de Língua Brasileira de Sinais (Libras) ser obrigatória nos cursos de formação de professores pode ter dado a entender que o professor regente deverá ministrar

suas aulas em Libras, o que seria tecnicamente impossível (BOTELHO,2007). Além do mais apropriar-se efetivamente da Língua de Sinais, assim como de qualquer outra língua, requer muito mais que um semestre ou mesmo um ano todo de curso

O conhecimento da Libras, no entanto, quanto à sua estrutura lexical, sintática e semântica, seria fundamental ao professor, no sentido de buscar formas de explicar um conteúdo de modo mais claro e sucinto, facilitando o trabalho do tradutor-intérprete, bem como possibilitar uma melhor interação entre professor e aluno. Como assinala Reily (2008, p.125):

[...] mesmo na escola que conta com um intérprete, com uma sala de recursos, com serviço e apoio de professor de educação especial ou professor itinerante, é de fundamental importância que o aluno sinta que seu professor está se esforçando para se aproximar dele, tentando encontrar maneiras de interagir com ele. O professor também pode intermediar a aceitação do aluno pelos outros alunos, para que ele se sinta parte da classe. Na nossa sociedade, a interação se dá mediada pela linguagem. Não basta uma aproximação física.

Consideramos que o Decreto 5626/05, antes referido, traz um item, pouco destacado, que traduz o que se espera do professor que irá atuar junto a outros profissionais, com o aluno surdo: “professor regente de classe com conhecimento acerca da singularidade linguística manifestada pelos alunos surdos” (CAPÍTULO IV, art. 14º).

Talvez esse item seja o que melhor justifica a disciplina de Libras na formação de professores e que deveria nortear os planejamentos da disciplina, principalmente a seleção de conteúdos que serão ministrados ao longo da disciplina, cuidando desse modo para que a disciplina não se equipare a um curso básico de Libras.

Conhecer a singularidade linguística manifestada pelos alunos surdos poderia constituir-se como um dos objetivos principais para se inserir Língua de Sinais no currículo das licenciaturas e outros cursos referidos no decreto.

Devemos levar em conta, que os alunos com surdez precisam de ambientes educacionais estimuladores, que desafiem o pensamento e explorem suas capacidades cognitivas.

Desse modo, consideramos que investir na formação de professores, tanto em formação inicial como formação continuada é a melhor forma de contribuir com o processo educacional inclusivo, visto que quase todos os fatores que interferem para que essa inclusão seja efetiva estão relacionados às atitudes e práticas cotidianas em sala de aula, seja referente à didática do professor ou às relações sociais do professor para com os alunos ou às que ele

pode mediar entre os mesmos.

Conquanto, algumas questões precisam ser levantadas e discutidas para que o processo de implementação da Libras nas licenciaturas tenha maior êxito, entre as quais podemos elencar a receptividade dessa disciplina pelos graduandos, o modo como se tem dado o ensino da disciplina, quais conteúdos são abrangidos, qual o perfil do profissional que ministra a disciplina de Libras, entre outras.

Há também que se considerar uma análise do processo a partir dos envolvidos neste, objetivando a busca de pistas sobre seus efeitos junto aos graduandos dos cursos de pedagogia, bem como o que não tem funcionado muito bem e o que deve ser mantido ou não em relação aos conteúdos, estratégias ou metodologias de ensino.

### **3 Método**

A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de um questionário junto aos graduandos de Pedagogia, que se encontravam em fase de finalização do curso, no ano de 2010, sendo aplicado após os graduandos participarem da disciplina de Libras, disposta na grade curricular no último semestre do curso. Esses participantes compreenderam as quatro turmas do 4º ano do curso de Pedagogia de uma IES do interior do Estado do Paraná, sendo 2 no período matutino e 2 no período noturno, totalizando 119 alunos.

Foram aplicados 90 questionários, considerando que alguns alunos haviam faltado no dia da entrega dos mesmos. No entanto, o total de questionários respondidos foi 40, devolvidos em branco 17 e não devolvidos 33.

Destacamos que essas turmas foram as primeiras do curso de Pedagogia da IES analisada que tiveram a disciplina de Libras como obrigatória em sua matriz curricular.

### **4 Resultados e Discussão**

A discussão se refere aos resultados da análise das considerações dos alunos acerca da obrigatoriedade da disciplina de Libras e sobre o docente que deve ministrar tal disciplina; em seguida as dificuldades encontradas durante a disciplina; na sequência apresentaremos algumas concepções dos graduandos em relação aos conteúdos considerados mais relevantes para a disciplina de Libras e, por fim, abordaremos o conhecimento de estratégias educacionais, por parte dos graduandos, para atuarem junto a alunos surdos..

#### **4.1 Concepções dos graduandos de Pedagogia acerca da obrigatoriedade da disciplina de**

### **Libras e do profissional que deve ministrá-la.**

Com o intuito de analisar a receptividade da disciplina no curso pesquisado, questionamos os alunos sobre suas posições pessoais em relação à inclusão da disciplina de Libras em seu curso, tendo em vista que essa disciplina foi imposta por lei, sendo obrigatória;

Verificamos que 97,5% dos alunos participantes concordavam com a obrigatoriedade da Libras em seu curso enquanto apenas 2,5% discordavam dessa determinação. Embora haja uma minoria contrária à determinação do decreto 5626/05, consideramos que algumas medidas não podem ser tomadas por consenso e concordamos com Quadros e Campello (2010) ao considerarem que é por meio de políticas linguísticas que se dará o reconhecimento da Língua de Sinais, entre outras línguas brasileiras.

Levando-se em conta que as turmas analisadas tiveram uma professora surda, e que o Decreto 5626/05 prioriza a atuação dessas pessoas como docentes de Libras nas universidades brasileiras, outra consideração que se fez necessária sob nosso ponto de vista foi a aceitabilidade desse profissional no contexto acadêmico.

Considerando que, atualmente, há tanto professores surdos como ouvintes ministrando a disciplina de Libras, perguntamos aos alunos sobre suas preferências, considerando os dois perfis de profissionais: surdos e ouvintes.

Como resultado, tivemos 45% dos alunos participantes que consideraram que a disciplina poderia ser ministrada tanto por surdos quanto por ouvintes, 42,5% manifestaram preferência por professores surdos e 5% por professores ouvintes. Houve também os que não se manifestaram, que correspondeu a 2,5%, dos alunos participantes.

Os alunos que se manifestaram indiferentes, quanto ao professor ser surdo ou ouvinte, destacaram que independente da condição auditiva do professor, o importante seria a competência profissional relacionada ao domínio de conteúdo ou conhecimento didático/metodológico; a importância da comunicação, e a importância de se conhecer a realidade dos surdos.

A parcela significativa de alunos que deu preferência a professores surdos considerou a experiência ou vivência do professor. Essa justificativa aparece também nas análises de Rebouças (2009) entre os alunos que têm preferência por professores surdos. Alguns ainda enfatizaram a cultura ou o conhecimento do professor surdo sobre a Língua de Sinais.

Analisamos que o fato de a professora ser surda e de os alunos não terem experienciado outra situação de aprendizagem na disciplina de Libras com professores ouvintes pode ter contribuído para tantas posições favoráveis a que esse profissional atue como ministrante da disciplina em questão. Este resultado, de certa forma, também indica que

houve boa aceitação desse profissional por parte dos alunos ouvintes que não tinham conhecimento sobre surdos e sobre língua de sinais.

Nota-se, que os alunos participantes atribuem ao professor surdo a importância para a experiência de vida, como representante da própria língua e cultura, tal como argumenta Wilcox (2005, p.31) ao dizer que “a melhor maneira de os alunos conhecerem a cultura Surda, e também a própria ASL<sup>1</sup>, é com um professor que seja Surdo”; e o que Rebouças (2009, p.97) chama de “legitimidade natural” do professor surdo.

Além dessa “legitimidade natural” do professor surdo, acreditamos que o contato dos alunos com esse profissional, o conhecimento de suas experiências como surdo, bem como das dificuldades que esse profissional enfrenta, seja pela falta de acessibilidade ou pelo preconceito, possibilita uma sensibilização maior por parte dos alunos e isso refletirá certamente em sua prática profissional com alunos ou colegas surdos. Acrescenta-se o fato de que o ideal, muito embora sem condições de ocorrer, dado a impossibilidade de contratação de mais um profissional para esta disciplina, seria a presença de um ouvinte (professor ou intérprete), o qual teria a função de favorecer a comunicação entre alunos e professor surdo.

Alguns participantes (7,5%) também comentaram sobre a necessidade de que a disciplina fosse ministrada pelo professor surdo com auxílio de intérpretes, o que indica que o entendimento dos conteúdos durante as aulas, talvez não tenha se dado plenamente, tendo em vista que comentaram “existem muitas coisas que precisam do apoio de um ouvinte e um intérprete auxiliaria muito no processo de ensino/aprendizagem”.

No entanto, contratar outro profissional para acompanhar o professor de Libras torna-se inviável para as instituições, que muitas vezes acabam optando por contratar um professor ouvinte que domine língua de sinais, em alguns casos, sem a devida competência lingüística (REBOUÇAS, 2009).

Uma das principais reivindicações das pessoas surdas, profissionais da educação, tem sido a de terem prioridade no ensino da língua de sinais. Essa luta por maior oportunidade de trabalho, no que se refere ao ensino de língua de sinais, vem acontecendo há alguns anos no Brasil, juntamente com a luta pelo reconhecimento da própria língua brasileira de sinais, evidenciando-se no discurso de líderes surdos, em congressos, seminário, encontros e outros eventos relacionados, principalmente, à educação de surdos, além de documentos que manifestam essa reivindicação. A exemplo, temos o item 123 do “documento elaborado pela comunidade surda a partir do pré-congresso ao V Congresso Latino-americano de Educação

---

<sup>1</sup> ASL é a sigla para American Sign Language (Língua de Sinais Americana).

Bilingue para Surdos, realizado em Porto Alegre/RS, no salão de atos da reitoria da UFRGS nos dias 20 a 24 de abril de 1999”, intitulado “A educação que nós surdos queremos” que reivindica “Garantir que a profissão do Instrutor de Línguas de Sinais seja exclusiva dos surdos” (FENEIS,1999, p.19) e o Artigo 7º do Decreto 5626/05 que traz como resultado das solicitações das comunidades de surdos que, “as pessoas surdas terão prioridade para ministrar a disciplina de Libras.”

Entre os alunos que manifestaram preferência por professores ouvintes, destacou-se a importância de que a comunicação seja efetiva entre professores e alunos, o que na visão de alguns desses alunos participantes, a presença do ouvinte (professor ou intérprete), permitiria maior entendimento em sala de aula.

Quando se trata da competência profissional para ministrar os conteúdos, todavia, não se enfatiza a condição cultural ou linguística desse profissional especificamente (se surdo ou ouvinte), entendendo que tanto um quanto outro pode ser docente da disciplina, desde que possua fluência na mesma. Quando os alunos enfatizam que o professor de Libras deve ter domínio do conteúdo, não se referem apenas ao conteúdo teórico, e sim do domínio da Libras, como podemos observar nas considerações de um dos alunos ao dizer que a disciplina deveria ser ministrada por qualquer um que dominasse Libras, porque “quando se tem domínio do conteúdo ensina-se melhor” (aluno de Pedagogia).

Rebouças (2009) também considera essencial o domínio da Libras, levando em conta que “o professor, ouvinte ou surdo, deve ensinar esta disciplina de forma comunicativa”.

Existe, no entanto um clima tenso em relação ao profissional que deve ministrar a disciplina de Libras. O Decreto 5626/05 tenta induzir as Instituições de Ensino Superior a contratarem professores surdos, dizendo que “as pessoas surdas terão prioridade” para ministrar essa disciplina. Uma das razões, prováveis de se priorizar as pessoas surdas para o ensino da Libras é a de oferecer-lhes oportunidades no mercado de trabalho como forma de compensar a situação de desvantagem social, política e econômica em relação aos ouvintes estabelecida ao longo dos tempos, tal como ocorre com outras minorias.

Sabemos que o campo de trabalho para professores surdos ainda é restrito e nesse sentido, consideramos importante que se priorize esse profissional para ministrar a disciplina de Libras para que a sociedade possa vê-los sob outra ótica. Além disso, o professor surdo, por utilizar constantemente a Libras, com mais frequência do que os ouvintes, também são mais fluentes nessa língua. Quando vamos aprender qualquer língua estrangeira admitimos que o professor falante nativo da língua seja o melhor, no caso da Libras, é válido o mesmo princípio.

A preocupação com o espaço profissional do professor surdo também foi apresentado no relato de um dos alunos participantes, que ressaltou:

***Tem que dar oportunidades para professores surdos também***, mas se ele é surdo ou ouvinte não faz diferença, o importante é saber passar conhecimento (aluno de Pedagogia, grifo nosso)

Neste relato pudemos perceber uma preocupação com a condição de surdez do professor aliada ao domínio do conhecimento, pois, não basta ser surdo, é necessário que além da surdez (condição que legitima o ensino da Libras, em muitos casos), o professor seja qualificado.

Outra consideração necessária é que, a importância da presença do professor surdo na Universidade, não só se justifica pela sua condição histórica de desvantagem social ou pelo fato de ser um “falante nativo” da Libras, todavia, há a questão do preconceito, o qual acreditamos que possa ser minimizado quando as posições se invertem, ou seja, aquele que está sempre em posição de inferioridade passa a ocupar uma posição de destaque.

A presença de um professor surdo na universidade impacta na revisão de valores e conceitos, tanto dos alunos como dos colegas de trabalho. Em sala de aula, na condução do processo de ensino aprendizagem e na definição dos critérios avaliativos, o professor surdo é visto como autoridade, o contrário do que comumente acontece.

Em relação ao contato com outros docentes, que formam seu grupo de trabalho, se destaca a dificuldade de comunicação, especialmente nas reuniões de Departamento se observa a necessidade premente de um intérprete para que esse profissional não fique a margem das questões discutidas.

Enfim, o Decreto 5626/05 dispôs não apenas a disciplina de Libras nos currículos dos cursos de licenciatura, mas também a necessidade de se incluir entre o grupo dos professores universitários vinculados aos cursos de licenciatura, professores surdos, e com certeza esta situação tem ocorrido por meio de um processo de adaptação mútua. Para os professores surdos a característica do trabalho universitário é uma novidade com exigências de qualificação e realização e participação em projetos de pesquisa, extensão e ensino, bem como comissões diversas e para os demais professores ouvintes ocorre dificuldades para incluir os professores surdos nesses espaços, especialmente pela dificuldade de comunicação.

Muller (2009, p. 30-31), na condição de docente surda em uma IES, expressa essa realidade em sua fala:

Por experiência própria, vejo o quanto é isolada e solitária a profissão de professor surdo em ensino superior (...), tendo em vista o quanto ainda precisa ser discutido. Geralmente, as instituições de ensino superior em que

os professores surdos trabalham contratam apenas um ou dois surdos, o que restringe a possibilidade de discussão e troca, visto que a grande maioria dos professores ouvintes não domina LIBRAS.

A autora considera, ainda, que o fato de o professor se sentir isolado, muitas vezes, o desmotiva, e, além disso, o envolvimento do professor nas atividades acadêmicas fica prejudicado devido à falta de informações e trocas com os demais docentes (ouvintes) sobre eventos, pesquisas, entre outras.

Vale destacar, todavia, que a competência desse profissional é indispensável, tal como sua formação, e na falta de professores surdos qualificados para exercer tal função cabe à instituição selecionar criteriosamente um professor ouvinte, com pleno domínio da Libras e devidamente certificado para assumir o cargo.

#### **4.2 Dificuldades encontradas pelos graduandos na disciplina de Libras**

Tendo em vista o objetivo de acompanhar o processo de implementação da disciplina de Libras, interessou-nos detectar as principais dificuldades que os alunos identificaram ao vivenciarem a disciplina. A maioria dos alunos participantes (52,5%) responderam que não tiveram dificuldades, no entanto uma parcela considerável dos alunos (45%) afirmaram ter encontrado dificuldades e os demais alunos (2,5%) não se manifestaram.

Considerando o percentual de alunos participantes, que apresentaram dificuldades identificamos que, 17,5% das dificuldades estavam relacionadas à complexidade dos conteúdos, 15% à coordenação motora ou memorização; 10% justificaram a dificuldade de aprendizagem devido à carga horária da disciplina; e 2,5% apontaram dificuldades de comunicação, esta última justificada pela falta de intérpretes.

Vale ressaltar que, alguns alunos, mesmo tendo afirmado não encontrar dificuldades na disciplina, acabaram apontando-as na justificativa, como podemos observar nos relatos a seguir:

Não. Mas os colegas sim, pois a apostila utilizada não dava conta de **me** apoiar nos conteúdos ministrados em sala” (aluno de Pedagogia, grifo nosso)

Embora tenha negado dificuldades na disciplina, o aluno deixa explícito que não conseguia acompanhar o conteúdo, mesmo tendo a apostila como apoio.

A maioria dos alunos que respondeu que não apresentou dificuldades na disciplina também não apresentou justificativa de sua resposta, tendo em vista que a questão não exigia

justificativa, no caso do participante assumir que não teve dificuldades em realizar a disciplina.

Quadros e Campello (2010) ressaltam que a proposta da disciplina de Libras no Curso de Pedagogia é de oferecer conhecimentos básicos dessa Língua. Depreendemos que o nível de aquisição da língua de sinais esperado e trabalhado na disciplina de Libras do curso analisado, tenha sido o básico, tendo em vista o tempo da disciplina e os conteúdos teóricos abordados. Este, provavelmente tenha sido o motivo pelo qual 52,5% dos participantes relataram não encontrar dificuldades, pois a aprendizagem de qualquer língua é complexa. Pensar que a língua de sinais seria diferente é banalizá-la. Além do mais não se pode ignorar que boa parcela dos alunos, mesmo em relação aos conhecimentos básicos da língua de sinais, admitiu encontrar dificuldades.

Reily (2008) comenta sobre o mito de que “é fácil aprender a língua de sinais”, pois, assim como não é fácil para o surdo aprender a língua portuguesa, o inverso também ocorre.

Em relação à aprendizagem da Língua de Sinais, além das questões estruturais ou gramaticais, comuns a aprendizagem de outras línguas, são necessárias habilidades motoras e expressivas, o que dificulta ainda mais a aprendizagem dessa língua.

#### **4.3 Visão dos alunos acerca dos conteúdos da disciplina de Libras**

Um dos problemas que motivaram nossa pesquisa está relacionado ao fato de que por o Decreto 5626/05 não ter objetivos muito claros para a inserção da disciplina de Libras nos cursos de formação de professores, os conteúdos também apareçam com diferentes enfoques nas universidades brasileiras.

Com o intuito de sondar as expectativas dos alunos acerca dos conteúdos da referida disciplina, solicitamos a opinião dos mesmos sobre quais conteúdos consideravam mais relevantes para a disciplina de Libras. Identificamos que 20% desses participantes referiram-se a conteúdos práticos, que envolviam a realização dos sinais, outros 20% consideraram relevantes, tanto os conteúdos práticos como teóricos, 15% referiram-se a conteúdos teóricos e os demais 15% fizeram outras considerações.

Com relação aos conteúdos que os alunos participantes consideravam mais relevantes na disciplina de Libras, encontramos em 25% das respostas referências a conteúdos práticos envolvendo a aprendizagem da língua de sinais, em 7,5% ao estudo da história e cultura dos surdos, em 5% à Metodologia/ estratégias de ensino, outros 5% à Avaliação, 5% à Didática, 5% ao atendimento de alunos surdos em sala de aula e 2,5% à Adaptação curricular.

De acordo com o que pudemos observar, a aprendizagem da língua de sinais fez parte da expectativa de grande parte dos alunos. É compreensível que os alunos esperem por aulas práticas de Libras, visto que o nome da disciplina é bastante sugestivo nesse sentido.

Contudo os alunos também reconheceram a necessidade de aprender conteúdos teóricos que possam contribuir para sua atuação com alunos surdos, ou seja, relacionados ao processo de ensino-aprendizagem.

Haveria então, se fossem atendidas as expectativas dos alunos em relação aos conteúdos da disciplina, um equilíbrio entre os saberes voltados às orientações sobre práticas pedagógicas adequadas para se atender alunos surdos em contextos escolares inclusivos e conhecimentos específicos da língua de sinais.

Ao questionarmos os alunos se suas expectativas foram atendidas em relação à disciplina de Libras, foi possível identificar expectativas relacionadas aos conteúdos práticos da língua e outros relacionados ao contato com a professora surda, tendo essa experiência como positiva.

No entanto, alguns enfatizaram a carga horária da disciplina como insuficiente para o desenvolvimento do conteúdo proposto, mesmo tendo respondido que os conteúdos contemplaram suas expectativas iniciais.

A questão da carga horária tem sido bastante questionada, tanto por alunos como professores.

Sabemos que a aquisição de uma língua requer muito mais tempo do que um semestre. A esse respeito Martins (2008, p.195) salienta que não se pode tornar “superficial o ensino da língua de sinais, tomando uma única disciplina semestral, como manual de inclusão dos surdos na escola e na sociedade”.

Consideramos, no entanto, que o objetivo da disciplina não deve se restringir ao ensino da Libras, mas, tendo em vista o contexto educacional em que esses pedagogos irão atuar, é imprescindível a abordagem de conteúdos relacionados à educação de alunos surdos.

Não podemos negar que o tempo da disciplina é insuficiente para adquirir fluência em Libras, porém, a formação de intérpretes de Libras exige um curso em nível de graduação próprio, como o de Letras-Libras<sup>2</sup>, por exemplo. Além disso, há questões que permeiam a educação de surdos, que não podem ser ignoradas na formação de professores e pedagogos. A

---

<sup>2</sup> O curso de Letras-LIBRAS é uma graduação que visa formar professores e intérpretes de LIBRAS (sendo que para cada função existe uma modalidade: a licenciatura para formar professores de LIBRAS e o bacharelado para formar intérpretes de LIBRAS. A Instituição responsável pela formação da maioria desses profissionais com o curso de Letras-LIBRAS é a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), principalmente na modalidade à distância, com pólos espalhados por todo o território nacional.

pesquisa de Pereira (2008), acerca da implementação da disciplina de Libras no Ensino Superior, demonstra, a partir do relato de coordenadores de alguns cursos de pedagogia, que a única disciplina que aborda a temática da educação de surdos nos referidos cursos é a Libras. Desse modo, é inegável o papel da disciplina de formar professores regentes que conheçam a surdez e suas especificidades, que envolvem questões lingüísticas, culturais, cognitivas e pedagógicas, além de conhecimentos básicos da língua, considerando a importância de “professores com formação adequada para o trabalho pedagógico, o qual possui como condição básica, a comunicação” (TAVARES; CARVALHO 2010, p. 8).

Tendo em vista que o aumento da carga horária da disciplina impacta consideravelmente a grade curricular, cabe aos docentes de Libras e coordenadores dos cursos, a organização dos conteúdos relevantes que contemplem a aprendizagem da língua e questões educacionais sobre o aluno surdo.

#### **4.4 Saberes necessários para a educação/inclusão de alunos surdos.**

O Artigo 22 do Decreto 5626/05 estabelece que “as instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de escolas e classes de educação bilíngue. Considerando a futura atuação dos graduandos de Pedagogia no contexto da educação inclusiva, buscamos verificar quais os saberes que os participantes consideravam necessários para atuar junto a alunos surdos nas classes comuns do ensino regular.

O conhecimento da língua de sinais foi o mais indicado como habilidade necessária para o trabalho educativo com alunos surdos, aparecendo em 27,5% das respostas. Esse percentual se refere às respostas que colocam apenas esse conhecimento lingüístico como necessário.

Porém, 22,5% dos graduandos destacam saberes relacionados tanto à Libras como à educação ou inclusão de alunos surdos, enquanto 17,5% consideram necessários alguns saberes relacionados às condições pedagógicas para a inclusão de alunos surdos.

Outros 17,5% dos participantes ressaltaram a importância de uma especialização na área para aprofundar os conhecimentos relacionados ao trabalho com alunos surdos.

Se essa atuação do futuro docente for pensada no sentido de tornar-se um professor de apoio, de professor bilíngüe ou intérprete de Libras, concordamos que a formação inicial seria insuficiente, necessitando de uma formação mais específica, o que não parece ser o caso da maioria dos alunos participantes e nem mesmo o objetivo da disciplina Libras é formar

especialistas, embora possa servir de motivação para isso.

Relacionada à ideia do professor especialista, pudemos perceber também que alguns graduandos veem a possibilidade de atuação junto ao especialista, mesmo não sendo eles especializados. Pensando no caso do aluno surdo, os participantes citam o auxílio de intérpretes ou mesmo um auxiliar:

Ainda houve, em 7,5% das respostas dos alunos, referência à cultura surda, ou algo relacionado, como a expressão “mundo dos surdos”, o que denota uma visão mais cultural ou socioantropológica da surdez em detrimento da visão clínica ou patológica:

Observamos que a maioria dos participantes, com maior ou menor ênfase conseguiu perceber que o trabalho com alunos surdos requer outros saberes, além do domínio da língua, especialmente aqueles relacionados a aspectos pedagógicos.

## 5 Considerações finais

Consideramos que o objetivo da pesquisa foi alcançado, levando em conta que a previsão da coleta dos dados foi ao término da disciplina. Muito embora se saiba que as reais contribuições da disciplina possam ser mais bem analisadas, quando o professor vivenciar o atendimento a alunos surdos em sua sala de aula.

Entre as principais dificuldades encontradas no decorrer da disciplina, destacaram-se habilidades específicas para a prática da língua de sinais, a carga horária da disciplina; a falta de um intérprete como apoio durante as aulas, entre outras.

Entre os aspectos que favoreceram o processo de implementação da disciplina, destacamos a oportunidade que os graduandos tiveram de contato com a professora surda, a qual proporcionou maior conhecimento da cultura dos surdos e possibilitou a prática da língua de sinais a qualquer momento da aula, a boa receptividade à disciplina de Libras pelos alunos participantes em seu curso, os conteúdos considerados relevantes pelos alunos que demonstraram uma preocupação voltada à prática pedagógica com alunos surdos, bem como demonstraram por meio da indicação dos saberes necessários à essa atuação.

Consideramos que este estudo ofereceu pistas sobre aspectos relevantes a serem observados na implementação da disciplina em foco e subsídios para o aprimoramento de tal processo.

## Referências

BOTELHO, Paula. **Linguagem e Letramento na educação dos surdos**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

BRASIL. Decreto Federal n 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2005.

FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. Que educação nós surdos queremos. PRÉ-CONGRESSO AO CONGRESSO LATINO AMERICANO DE EDUCAÇÃO BILÍNGÜE PARA SURDOS, V, 1999, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre:

UFRGS, 1999.

GESSER, Audrei. Do patológico ao cultural na surdez: para além de um e de outro ou para uma reflexão crítica dos paradigmas. In: QUADROS, R.M de; STUMPF, Marianne R. **Estudos Surdos IV**. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2009.

MACHADO, Paulo Cesar. **A política educacional de integração/inclusão: um olhar do egresso surdo**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.174 p.

MARTINS, Vanessa R. de Oliveira. **Análise das vantagens e desvantagens da Libras como disciplina curricular no ensino superior**. Cadernos do CEOM - Memória, História e Educação, Chapecó, ano 21, n. 28, 2008. Disponível em <<http://apps.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/viewFile/161/87>>. Acesso em: novembro de 2010.

MULLER, Cristiane Ramos. **Professor surdo no Ensino Superior: Representações da prática docente**. 2009. 82 f. Dissertação de Mestrado – UFSM, Santa Maria, RS. 2009.

PEREIRA, Terezinha de Lourdes. **Os Desafios da Implementação do Ensino de Libras no Ensino Superior**. 2008. 94 f. Dissertação de Mestrado - Centro Universitário Moura Lacerda, Ribeirão Preto. 2008. Disponível em: <[http://mestrado.mouralacerda.edu.br/arquivos/dissertacoes/dissertacao\\_69.pdf](http://mestrado.mouralacerda.edu.br/arquivos/dissertacoes/dissertacao_69.pdf)>. Acesso em: 02/01/2012.

QUADROS, R; CAMPELLO, Ana Regina e Souza. A constituição política, social e cultural da língua brasileira de sinais- Libras. In: VIEIRA-MACHADO, Lucyenne Matos da Costa; LOPES, Maura Corcini. **Educação de Surdos: Políticas, Línguas de Sinais, Comunidade e Cultura Surda**. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 2010.

REBOUÇAS. Larissa Silva. **A prioridade dos docentes surdos para ensinar a disciplina Língua Brasileira de Sinais (Libras) nas instituições de ensino superior após o decreto 5.626/2005**. 2009. 171f. Dissertação de Mestrado – UFBA, Salvador, BA. 2009.

REILY, Lucia. **Escola Inclusiva: Linguagem e mediação**. 3 ed. Campinas-SP: Papirus Editora, 2008.

STROBEL, K. L. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 1 ed. Florianópolis: Editora UFSC, 2008. v. 1, p 118.

TAVARES, Ilda Maria S; CARVALHO, Tereza S. Santos de. **Inclusão escolar e a formação de professores para o ensino de Libras (língua brasileira de sinais): do texto oficial ao contexto**. Disponível em: <[http://dmd2.webfactional.com/media/anais/INCLUSAO-ESCOLAR-E-A-FORMACAO-DE-PROFESSORES-PARA-O-ENSINO-DE-Libras-\(LINGUA-BRASILEIRA-DE-SINAIS.pdf](http://dmd2.webfactional.com/media/anais/INCLUSAO-ESCOLAR-E-A-FORMACAO-DE-PROFESSORES-PARA-O-ENSINO-DE-Libras-(LINGUA-BRASILEIRA-DE-SINAIS.pdf)>. Acesso em: 2010.

WILCOX, Sherman; WILCOX, Phyllis Perin. **Aprender a ver o ensino da língua de sinais americana com segunda língua**. Tradução de Tarcísio de Arantes Leite. Rio de Janeiro: Arara Azul, 2005.